

A União Europeia e o Processo de Barcelona (A Europa e o Mediterrâneo)

Intrudução

A Conferência de Barcelona (27-28 Novembro 1995) criou a Parceria Euro-Mediterrânica (PEM), entre os então quinze Estados membros da União Europeia e os doze do Mediterrâneo – Argélia, Chipre, Egipto, Israel, Jordânia, Líbano, Malta, Marrocos, Síria, Tunísia, Turquia e Autoridade Palestina.

A Parceria Euro-mediterrânica, que reúne vinte e sete países, era o acto fundador da nova estratégia mediterrânica sobre uma cooperação "*global e solidária*".

O principal objectivo da Parceria Euro-mediterrânica tinha como prioridades o:

- Apoio à transição económica, através da criação de uma zona euro-mediterrânica de comércio livre até ao ano 2020, da dinamização do sector privado, da dinamização do investimento privado europeu, e da adequação das infra-estruturas económicas.
- Apoio a um maior equilíbrio sócio-económico através da melhoria dos serviços sociais, do desenvolvimento harmonioso e integrado do mundo rural, do reforço da cooperação no domínio das pescas, da protecção do ambiente, da participação das sociedades civis no desenvolvimento, do desenvolvimento integrado dos recursos humanos, designadamente da educação e da formação profissional, do reforço da democracia e respeito dos direitos do homem, do apoio aos intercâmbios culturais e, finalmente, da cooperação e assistência técnica a fim de reduzir a imigração clandestina, o tráfico de drogas, o terrorismo e a criminalidade internacional.

O objectivo da parceria política e de segurança era fazer do Mediterrâneo um espaço comum de paz e estabilidade.

I

A Problemática da bacia do Mediterrâneo

A bacia do Mediterrâneo constitui uma zona de importância estratégica para a União Europeia. A paz e a estabilidade na região devem uma das principais prioridades da Europa.

A consolidação da paz e da estabilidade na região implica uma série de desafios, nomeadamente:

- apoio às reformas políticas, defesa do respeito dos direitos do Homem e da liberdade de expressão, como forma de refrear os extremismos,
- promoção de reformas económicas visando assegurar um crescimento sustentado e a melhoria dos níveis de vida, de forma a reduzir a violência e atenuar as pressões migratórias.

A União Europeia e os seus parceiros mediterrânicos partilham muitas áreas de interdependência: a protecção do ambiente constitui o exemplo mais evidente, os interesses europeus na região são bastante diversificados abrangendo sectores tais como o abastecimento de energia, as migrações, o

comércio e os investimentos.

Igualmente os problemas levantados pela produção, tráfico e consumo de droga devem ser abordados conjuntamente, na medida em que existe o risco de suscitarem recriminações mútuas.

A instabilidade na região terá consequências negativas para todos os países da União Europeia. A população dos parceiros mediterrânicos poderá ascender a 400 milhões em 2035 e registar um desnível de prosperidade crescente, caso a evolução demográfica actual não seja contrabalançada e atenuada por uma rápida recuperação económica e por políticas demográficas adequadas.

O processo de Barcelona tinha objectivos ambiciosos que se inscrevem a longo prazo: fazer da bacia mediterrânica uma zona de diálogo, de intercâmbio e de cooperação que garanta a paz, a estabilidade e a prosperidade.

Mas importa afirmar que os países mediterrânicos se deparam – a níveis diferentes – com diversos desafios que ultrapassam amplamente a esfera económica: problemas relacionados com a pobreza, as desigualdades sociais e económicas, o aumento demográfico, o equilíbrio entre as cidades e o mundo rural, a degradação do ambiente, o tráfico de estupefacientes, a fragilidade das estruturas democráticas, a escalada dos extremismos religiosos e o aumento do terrorismo, o ressentimento e a incompreensão cultural face à Europa.

Na Parceria Euro-mediterrânica, os acordos de associação foram mais lentos que o previsto, as trocas entre parceiros são muito reduzidas, os desacordos mantêm-se entre as duas partes do Mediterrâneo sobre as questões comerciais sensíveis, como a agricultura, a atribuição da ajuda financeira (o programa MEDA) foi condicionado por procedimentos complexos e por uma falta de convergência sobre os objectivos estratégicos. Era também necessário sensibilizar o grande público sobre o processo de Barcelona e reforçar na União Europeia, e nos nossos parceiros do Sul do Mediterrâneo, o sentimento de aprovação deste processo de Barcelona, era necessário um novo impulso ao processo de Barcelona através de:

- Acelerar a negociação e a ratificação dos acordos de associação. Estes acordos constituíam o instrumento principal do processo de Barcelona, pelo que antes do final 2001 todas as partes devessem ter assinado e ratificado estes acordos.
- A necessidade de criar zonas de comércio livre ao nível sub-regional, com a finalidade de facilitar o estabelecimento de uma zona de mercado livre global, na medida em que os acordos de associação euro-mediterrânicos não são suficientes para activar as trocas "*Sul-Sul*" (trocas entre os parceiros do Sul).
- Criar um ambiente favorável ao investimento através da liberalização económica e desmantelamento de barreiras alfandegárias.

A maturidade desta Parceria Euro-mediterrânica devia reflectir-se igualmente nos aspectos políticos e de segurança.

II

Um desafio considerável: A dimensão de segurança da Parceria Euro-mediterrânica

O desafio mais difícil de ultrapassar é sem dúvida a instauração efectiva de uma zona de comércio-livre. A conferência conhecida pelo "*processo de Barcelona*" visava criar ao longo dos tempos sinergias e favoreceria a emergência de uma verdadeira vontade política para fazer deste projecto ambicioso um êxito até aos anos de 2010 e seguintes, o que não foi confirmado pela realidade.

Mas uma das realizações mais importantes da Parceria Euro-mediterrânica foi a continuação e aprofundamento do diálogo político e de segurança no quadro do processo de Barcelona, enquanto o processo de paz do Médio Oriente continuasse num impasse. A parceria continuava a ser o único fórum político multilateral no qual os representantes da Síria e do Líbano participam regularmente em conversações com os seus homólogos Israelitas. O bloqueio do processo de paz no Médio Oriente teve e tem repercussões no processo de Barcelona e não são de esperar avanços significativos enquanto os acordos de paz globais na região não forem assinados.

Os obstáculos a ultrapassar

O obstáculo primário e principal para a parceria política e de segurança é, portanto, claramente o conflito do Médio Oriente.

Os países árabes não estão inclinados a discutir as medidas de confiança e de segurança com Israel porque, do seu ponto de vista, não existe uma base para estabelecer a confiança enquanto Israel não respeitar o direito internacional.

Os países árabes da Parceria Euro-mediterrânica recusam as questões de segurança que os parceiros da União consideram da maior importância.

A situação é ainda agravada pelo facto de Israel ser o único país na região que é detentor de armas nucleares (apesar deste facto nunca ter sido admitido oficialmente) e recusar assinar o tratado de não-proliferação nuclear. Segundo os israelitas, isto só seria possível após a conclusão de acordos de paz com todos os países muçulmanos, principalmente o Irão, encarado como a maior ameaça à sobrevivência de Israel.

Também os países árabes utilizavam a argumentação que consiste em afirmar que o monopólio nuclear israelita justificava a recusa destes países do Mediterrâneo em aceitar os debates para limitar os armamentos.

Em presença de uma tal situação de desequilíbrio estratégico, nenhuma das partes estava motivada para o desarmamento.¹

Existe também um outro factor psicológico: a desconfiança frequente entre os países do norte e os países do sul do Mediterrâneo no domínio da segurança.

Os países muçulmanos têm a impressão que o ocidente os vê ainda e sobretudo como inimigos potenciais. Geralmente as medidas de confiança e

¹ BONIFACE Paul, "Arms control in the Mediterranean area: a European perspective". In: Mediterranean Politics, Vol. 5. 2000, I, pp. 167-188

de segurança são geralmente consideradas como instrumento do ocidente contra os países árabes. Por exemplo, as limitações sobre as exportações de armas eram interpretadas pelos países muçulmanos como tentativas de impedir a obtenção por estes países de tecnologias modernas e as medidas de transparência são vistas como uma maneira de obter informações sobre as suas forças armadas, etc.

Em suma, os países árabes sentem-se discriminados, na medida em que o ocidente e particularmente os Estados Unidos, falam muito de proliferação das armas químicas e biológicas, mas nunca do arsenal nuclear israelita. Além disso, os árabes condenam o que eles consideram uma visão e inclinação ocidental de intervir militarmente, como nas guerras do Golfo ou do Cossovo. Também os países árabes temem que, caso aceitem alguns princípios, no quadro do Parceria Euro-mediterrânica, possam ser alvo de abusos desses países e que intervenham nos seus assuntos internos.

Finalmente, um outro obstáculo reside nas implicações para os países do Parceria Euro-mediterrânica que constitui as questões de segurança oriundas das regiões vizinhas, sobretudo no domínio do desarmamento.

Por exemplo, Israel recusava considerar os acordos de desarmamento se o Irão não for integrado nesses acordos. Como este não era membro da Parceria Euro-mediterrânica, seria muito difícil estabelecerem um acordo sobre estas questões no quadro de Barcelona.

III

Campo de aplicação da Parceria Euro-mediterrânica

Alguns domínios muito vastos seriam abertos à cooperação. Para permitir um crescimento sustentável e duradouro, as prioridades deviam ser dirigidas às reformas estruturais, à dinamização do sector privado, facilitar e activar os investimentos estrangeiros nas pequenas e médias empresas, também nas sociedades mistas. São nestes domínios que deveriam preparar as economias da região para os desafios do comércio livre.

Os problemas do ambiente deveriam ser tratados segundo esquemas concebidos à escala regional, para fazer face à pressão urbana, à explosão do turismo ou à poluição industrial..

O excesso da exploração das riquezas da pesca exige que fosse organizada uma política rigorosa de salvaguarda das riquezas naturais. A cooperação energética, a extensão da rede de gás e as ligações eléctricas ocupariam um lugar importante na parceria entre a União Europeia e os parceiros mediterrânicos, que forneciam 27% das importações energéticas dos estados membros da União Europeia. Propõe-se igualmente o aprofundamento da cooperação entre os países terceiros mediterrânicos nos domínios das energias alternativas, em particular das tecnologias solares e também a associação dos parceiros mediterrânicos ao Tratado da Carta Europeia da Água que foi assinado em 1994.

Preparação das economias mediterrânicas e contribuição comunitária

A liberalização das trocas seria progressiva, após um período de transição, pelo qual enormes esforços deveriam ser consentidos pelas pequenas e

médias empresas (PME) para uniformizarem as suas legislações e dinamizar o sector privado, consolidar as reformas económicas, estimular a poupança interna e atrair os investimentos estrangeiros directos à região. Segundo o Banco Mundial, os investimentos directos das pequenas e médias empresas deveriam oscilar entre os 2 a 3 mil milhões de dólares por ano.

A modernização das infraestruturas

Para responder as exigências de uma cooperação económica acrescida entre a União Europeia e os parceiros mediterrânicos, seriam necessários esforços durante vários anos, com a finalidade de modernizar as infraestruturas dos parceiros mediterrânicos. As empresas europeias contribuiriam fortemente para esta tarefa. Várias de entre elas estavam implicadas nos projectos de auto-estradas, de caminhos de ferro, de telecomunicações e sobretudo no domínio energético.

No sector energético, a cooperação entre os países do Magrebe tem grandes possibilidades de se desenvolver. Para este tema, é necessário relembrar o projecto de transporte de gás euro-magrebino que liga os campos de gás da região este da Argélia à região de Sevilha. Este novo gasoduto alimenta Marrocos, Espanha e Portugal. Existe a ideia da sua extensão em direcção ao sul de França e mesmo à região do Ruhr na Alemanha não está excluída. Tudo isto constituiria, entre outros projectos de ligações transfronteiriças dos países do Magrebe e dos países do Médio Oriente um bom exemplo de modernização que deveria dirigir muitos investimentos e dinamizar muitas indústrias, por conseguinte, também vários fundos orçamentais e créditos do Banco Europeu de Investimento contribuiriam, no quadro de protocolos financeiros, para o financiamento de projectos de modernização das infraestruturas económicas para os países da região.

Mas também este sector está ameaçado por questões de segurança, uma vez que Marrocos encara a Argélia como uma ameaça à sua sobrevivência, dado o problema do Sara Ocidental. É verdade que este conflito não está sanado, dado os dois não se entenderem quanto ao referendo proposto pela ONU pela impossibilidade de serem elaborados os cadernos eleitorais justos. Marrocos considera que a Polisario não passa de um bando de mercenários ao serviço de Argel, enquanto esta alega que existe uma ocupação de facto pelas tropas marroquinas, além da fixação de um elevado número de colonos.

Mas as redes de infraestruturas continuavam pouco densas e não facilitavam particularmente o intercâmbio horizontal.

Os programas de grande envergadura estendiam-se pelo período de 10 a 20 anos e seriam necessários para ligar os países da região entre si.

Relevante, é de assinalar que a União Europeia, em colaboração com os países da região e o Banco Europeu de Investimentos, se propunha continuar a ajuda financeira e a assistência técnica para apoiar os esforços para modernizar as redes de infraestruturas, que constituiria uma condição de base para a integração regional com finalidade de dinamizar as trocas comerciais e a atracção de investimentos estrangeiros.

No domínio das telecomunicações e de tecnologia de informação, o programa de parceria incitava ao desenvolvimento das infraestruturas regionais compreendendo as ligações com as redes europeias, também um estabelecimento de um quadro regulamentar mínimo, a cooperação nos domínios das normas, dos textos de conformidade e de interoperabilidade das redes.

Promoção dos Investimentos

As perspectivas de uma zona de comércio livre euro-mediterrânico poderiam estimular os investimentos europeus nesta região que tem imensas potencialidades: crescimento do consumo local (200 milhões de habitantes), abundante mão-de-obra, disponibilidade de recursos energéticos, possibilidade de cooperação regional e proximidade do mercado europeu. Os novos acordos euro-mediterrânicos de associação, o acordo da união alfandegária com a Turquia, a adesão de Chipre e de Malta à União Europeia, constituem elementos positivos a longo prazo para o investidor europeu.

O sector da energia poderia permitir muitos investimentos europeus na África do Norte e no Médio Oriente. Os investimentos energéticos seriam feitos onde existissem bons contratos, importantes reservas e estabilidade política, como dizia um responsável da European Petroleum Industry Association; note-se que os investimentos continuavam na Argélia e na Líbia, embora tendo em conta as situações internas de cada um destes países.

Mas os países mediterrânicos estavam confrontados com múltiplos desafios que ultrapassavam as suas potencialidades económicas e exerciam pressões consideráveis sobre as despesas públicas: crescimento demográfico., êxodo rural, taxas elevadas de desemprego e de analfabetismo, disparidade de salários entre os diversos países, subida dos extremismos e degradação ambiental.

Seria justo e legítimo considerar que a realização de uma zona de comércio livre e o êxito da Parceria Euro-mediterrânica respondiam para que fosse realizado um crescimento da assistência financeira que favorecesse antes de tudo, o desenvolvimento endógeno e douradouro.

Questão de credibilidade da UE

O inêxito da Parceria Euro-mediterrânica no domínio da segurança era também uma questão de credibilidade da União-Europeia.

Muitas vezes a União Europeia era vista como um actor internacional que tinha falta de peso para influenciar, de maneira significativa, as questões de segurança que diziam respeito à parceria.

Também existia uma influência de domínio norte-americana no Médio Oriente. Os parceiros não estavam inclinados a discutir as questões de segurança com a União Europeia, porque consideravam esta como um actor fraco no terreno. A prova para os países muçulmanos era a atitude passiva da Europa no processo de paz no Médio Oriente.

Todavia a Europa só poderia afirmar-se na sociedade internacional, se

apostasse de forma significativa no sul do Mediterrâneo, até à inclusão dos países do Conselho de Cooperação do Golfo.

A criação de um grande espaço económico e político, deveria ser completado pela participação dos países do Mediterrâneo ao Golfo. Com um espaço desta dimensão estaríamos perante um bloco que assumiria uma liderança mundial efectiva no plano económico e estratégico, mais terra a terra.

Os três sectores da lógica do processo de Barcelona estabeleciam a interdependência entre a economia, a política e a problemática da estabilidade.

O princípio fundamental da Parceria Euro-mediterrânica era a criação de um espaço de comércio livre (União Europeia e parceiros mediterrânicos), e com ele garantir uma interpenetração cultural e a segurança do Mediterrâneo.

Durante um período relativamente curto, treze anos, o processo de Barcelona conheceu vários êxitos, mas não atingiu os objectivos que motivaram a sua criação. Vários problemas sérios deviam ainda ser regulamentados. Finalmente é a integração Sul-Sul que progredia muito lentamente, ou quase nada, o que tem por efeito desencorajar os investidores.

Mas a verdade é que o processo está paralisado e nem durante a presidência espanhola do Conselho de Ministros no segundo primeiro semestre de 2010 foi dado qualquer passo em frente, se excluirmos a instalação de um protótipo de uma central de obtenção de energia eléctrica proveniente da luz solar, que serviu para o desenvolvimento tecnológico necessário ao empreendimento, desconhecendo-se quando será construída a primeira central em Marrocos². Já desde 2009 que o silêncio se abateu sobre a Parceria Euro-mediterrânica, senão vejamos que as notícias mais recentes datam de Fevereiro de 2010 e referem-se ao adiamento da cimeira.

Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo

Union pour la Méditerranée (Francês)

Ένωση για τη Μεσόγειο (Grego)

Unione per il Mediterraneo (Italiano)

Akdeniz İçin Birlik (Turco)

União para o Mediterrâneo (Português)

Unija za Sredozemlje (Croata)

الاتحاد من أجل المتوسط (Árabe)

Unión para el Mediterráneo (Espanhol)

איחוד מדינות הים התיכון (Hebreu)

Os presidentes francês e egípcio lançaram o projecto de cooperação com os Estados mediterrânicos

Apresentado durante a Cimeira de Paris de 13 de Julho de 2008, o Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo constituía uma das prioridades da

² MEYER, Cordula, traduzido para inglês por SULTAN, Christopher, "Developing Desertec – European Dream of Desert Energy Takes Shape", *Der Spiegel*, de 27 de Maio de 2010, disponível em <http://www.spiegel.de/international/world/0,1518,695908,00.html>

presidência francesa do Conselho da União Europeia, e assentava na necessidade de intensificar as relações de cooperação entre os estados membros da União Europeia (UE) e os seus vizinhos a sul.

O que é?

O Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo é um processo multilateral, apoiado numa rede de Acordos de Associação, que procura reforçar as relações de parceria euro-mediterrânicas, lançadas em 1995 pelo Processo de Barcelona. Recorde-se que este visava a criação de um espaço de paz, segurança e prosperidade no Mediterrâneo, bem como maiores integração e coesão regional.

O relançar desta parceria previa o reforço e complementaridade da cooperação já existente, nomeadamente através de um maior empenhamento político a nível regional. Neste sentido, foi assinada em Paris, no contexto da Cimeira Euro-Mediterrânica, uma declaração conjunta. Todavia o inicialmente proposto Banco Muditerrânico de Desenvolvimento foi abandonado.

Países e entidades envolvidas

Para além dos 27 estados membros da União Europeia, da Comissão Europeia e dos 13 países do Mediterrâneo signatários da parceria euro-mediterrânica, o Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo passou a acolher:

Bósnia-Herzegovina,

Croácia,

Mónaco,

Montenegro.

e ainda 12 organismos e instituições:

Nações Unidas,

Parlamento Europeu / Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica,

Conselho de Cooperação para os Estados Árabes do Golfo,

Liga dos Estados Árabes,

União Africana,

União do Magrebe Árabe,

Organização da Conferência Islâmica,

Banco Africano de Desenvolvimento,

Banco Europeu de Investimento,

Banco Mundial,

Aliança de Civilizações,

Fundação Euro-Mediterrânica Anna Lindh para o Diálogo entre Culturas.

Objectivos

Desenvolvimento das relações entre a UE e os países parceiros, nomeadamente ao nível da cooperação

- Reforçar as relações entre os próprios países mediterrânicos,
- Favorecer a paz e estabilidade, pela prevenção e resolução de conflitos,
- Estimular um maior empenhamento e diálogo político,

- Estabelecimento de uma zona de comércio livre.

Áreas de intervenção

Com vista ao estímulo do crescimento económico, do emprego, coesão regional e integração económica, foram definidas seis iniciativas-chave:

Despoluição do Mar Mediterrânico,

Melhoramento das relações comerciais entre as margens do Mediterrâneo, através da construção de vias rápidas marítimas e terrestres,

Reforço da protecção civil,

Desenvolvimento da Universidade Euro-Mediterrânica,

Criação de um plano mediterrânico para a utilização de energia solar (até agora, o único processo a avançar),

Promoção de iniciativas de apoio à acção das pequenas e médias empresas.

Quadro político

Para além das estruturas institucionais criadas pela parceria e no contexto do aprofundamento das relações, é prevista a implementação de:

- Cimeiras bianuais de chefes de Governo (a segunda que esteve marcada para 7 de Junho de 2010, foi adiada para Novembro do mesmo ano, por iniciativa egípcia³),
- Sistema de co-Presidência, para a gestão das Cimeiras,
- Secretariado misto com funções operacionais, mas sujeito à tutela dos altos funcionários,
- Comissão permanente de representantes euro-mediterrânicos.

Financiamento

O financiamento adicional mobilizado pelo Processo de Barcelona: União para o Mediterrâneo será concretizado através de projectos de dimensão regional ou sub-regional sendo a sua origem diversa:

- Dotação orçamental (UE e parceiros),
- Investimento privado,
- Instituições financeiras internacionais,
- Banco Europeu de Investimento,
- Entidades regionais,
- Cooperação bilateral,
- Estados-Membros da UE e parceiros mediterrânicos.

Factos concretos:

Na conferência de Paris de 13 de Julho de 2008, foi lançado com pompa e circunstância o Plano Solar Mediterrânico, que iria permitir uma proliferação de centrais fotovoltaicas no Sara. Na altura, a imprensa embandeirou em arco com as notícias de que finalmente iria ser possível descarbonizar o sector energético e proceder, como bónus à dessalinização da água⁴ O apoio generalizado dos responsáveis europeus conduziu a

³ Anónimo, *Agence France Presse*, "Mediterranean Union summit postponed", *The Daily Star*, 21 de Maio de 2010, disponível em http://www.dailystar.com.lb/article.asp?edition_id=10&categ_id=2&article_id=115078.html

⁴ HIGGINS, Polly, "Mediterranean Solar Plan gets green light", *The Lazy Environmentalist*, 15 de Julho de 2008, disponível em <http://thelazyenvironmentalist.blogspot.com/2008/07/mediterranean-solar-plan-gets-green.html>

elevadas esperanças nos países do Magrebe, que se viram confrontados com uma visão paradisíaca – abastecimento de água e energia suportados pelas contribuições europeias (leia-se, alemãs) sendo o seu estudo cometido ao Secretariado. Depois de muitas delongas, o projecto foi relegado para o sector privado, essencialmente alemão, e os delírios de Sarkozy foram prontamente esquecidos.

Com a passagem do plano para o sector privado, a situação alterou-se, o projecto Iniciativa Industrial Desertec, é muito ambicioso e nesta altura de crise e recessão antevê-se que o seu financiamento seja difícil. Ora, se para o desenvolvimento do protótipo foram necessários €3,6 mil milhões em dois anos, pagos pelas 12 empresas empenhadas no projecto, das quais se destacam a Siemens, o Deutsche Bank, a E.on e a RWE, os gigantes alemães da produção de energia eléctrica, com o apoio da resseguradora Munich Re, este grande projecto está orçado em €400 mil milhões. A Desertec limita-se a um pequeno escritório em Hamburgo fortemente financiado pelas 12 empresas que aderiram ao esquema, a um ritmo de €150.000 por ano, para cada uma. E ainda falta resolver a construção das linhas de alta tensão submarinas que permitirão à Europa aceder a 700 terawatts por hora, o equivalente à produção de 100 centrais nucleares. Sem a opção europeia, este projecto não é viável, pois a produção excede em muito as capacidades de absorção dos países do sul. Já está escolhida a primeira localização em Marrocos que, mesmo assim pode abastecer todo o Magrebe incluindo a Líbia, mas dado o grande investimento do protótipo, que só por si pode abastecer 10 mil lares, este arisca-se a provocar uma desilusão nos países árabes, que depositaram esperanças muito elevadas na solução apresentada. A construção de todas as fábricas espalhadas pelo Sara inevitavelmente irá derrapar nos custos, tornando quase impossível a sua concretização. De qualquer forma, mesmo que a solução a adoptar se reduza às pequenas centrais, vai ter um futuro complicado. Por exemplo, a E.On vai investir €550 milhões para a construção de 50 pequenas centrais na Andaluzia até 2025. O cabo submarino que liga a Noruega à Holanda é actualmente mais barato, mas os 200km de cabo para abastecimento de energia eléctrica à Alemanha a partir da Holanda orçam em €300 milhões, enquanto para o Desertec serão necessários 80 a 100 desses cabos.

Todo o plano assenta na convicção de que no longo prazo o preço da energia poderá ser mais acessível, enquanto agora anda pelos 20 cêntimos por quilowatt/hora, devendo reduzir-se para metade em 10 anos. O projecto poderia estar mais avançado se não fosse a opção alemã pelos vetustos painéis fotovoltaicos tradicionais, porque nos próximos 20 anos estes irão custar ao contribuinte alemão mais de €100 mil milhões, devido à Lei de Energia Renovável, que oferece preços fixos para a energia eléctrica fornecida à rede eléctrica nacional, muito embora estes painéis arcaicos produzam menos de 1% do consumo federal, quando, como dizem os especialistas, se estes tivessem sido retirados poderia haver maior investimento na Desertec.

A União para o Mediterrâneo tem algumas soluções aberrantes derivadas do modelo proposto pela França, em que o Secretariado está subordinado aos altos funcionários, que logo encheram as 32 direcções-gerais e direcções, à semelhança da UE, esta é mais um pesadelo burocrático, em que os políticos falam, baseados em considerações nacionais, e o Secretariado apresenta as propostas elaboradas pelos altos funcionários. Continuamos mais alegremente enredados na alta burocracia e cada vez mais distantes do cidadão, mas não nos esquecemos deles como contribuintes e até em período de crise.

O que era necessário era um pragmatismo concreto aliando as empresas às necessidades das duas margens do Mediterrâneo. Como vemos, os progressos de 1995 a 2010 são quase nulos, mas já existe uma classe alta burocrática forte e decisiva, e um Secretariado sem expressão, mas continuamos a esperar dias melhores.

Humberto Flávio Xavier
Doutor em Direito